



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

JOSÉ JAIRO DOS SANTOS

**PREPARAÇÃO DOS DOCENTES DA E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA
MONTEIRO EM GADO BRAVO – PB, PARA RECEBER
ESTUDANTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

CAMPINA GRANDE – PB

2014

JOSÉ JAIRO DOS SANTOS

**PREPARAÇÃO DOS DOCENTES DA E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA
MONTEIRO EM GADO BRAVO – PB, PARA RECEBER
ESTUDANTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Valeria Veras Ribeiro

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237p Santos, José Jairo dos.

Preparação dos docentes da E.E.E.F. João da Silva Monteiro em Gado Bravo-PB para receber estudantes portadores de necessidades especiais [manuscrito] / Jose Jairo dos Santos. - 2014.

30 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Valéria Veras Ribeiro, Departamento de Ciências Biológicas".

1. Educação inclusiva. 2. Formação docente. 3. Capacitação profissional. I. Título.

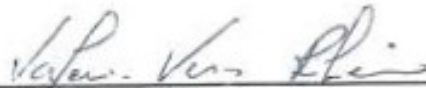
21. ed. CDD 370.115

JOSÉ JAIRO DOS SANTOS

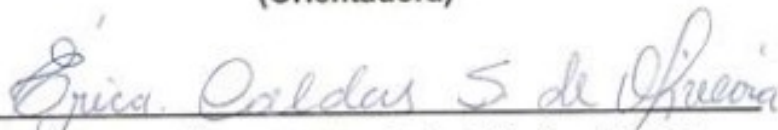
**PREPARAÇÃO DOS DOCENTES DA E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA
MONTEIRO EM GADO BRAVO – PB, PARA RECEBER
ESTUDANTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Ciências
Biológicas da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciado em Ciências
Biológicas.

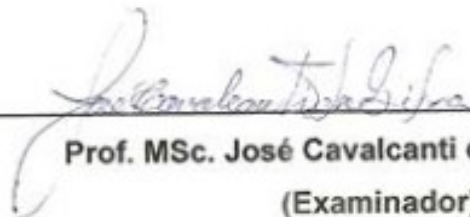
Aprovado em: 11/11/2014



Profa. Dra. Valeria Veras Ribeiro - UEPB
(Orientadora)



Profa. Dra. Érica Caldas S. de Oliveira - UEPB
(Examinadora)



Prof. MSc. José Cavalcanti da Silva - UEPB
(Examinador)

PREPARAÇÃO DOS DOCENTES DA E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO EM GADO BRAVO – PB, PARA RECEBER ESTUDANTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Autor: José Jairo dos Santos¹

RESUMO

A integração ou a inclusão de estudantes portadores de algum tipo de deficiência no sistema regular de ensino é uma das questões mais discutidas na área da educação hoje no nosso país, necessitando de aprimoramento. O presente trabalho teve por objetivo principal entender a preparação dos docentes da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB, para receber estudantes portadores de necessidades especiais, especulando-se acerca de cursos de capacitação, pós-graduação ou formação continuada. A tipologia utilizada neste trabalho foi uma pesquisa qualitativa, o meio para obtenção dos dados foi através da realização de uma pesquisa bibliográfica e entrevista aos professores através de perguntas fechadas e abertas. De acordo com a entrevista constatou-se que a maior parte dos professores entende que a educação inclusiva é voltada para portadores de algum tipo de deficiência com a inclusão desses em escolas regulares, e que a educação inclusiva precisa ser aprimorada de forma a dar oportunidades de socialização sem haver discriminação. A falta de estrutura adequada e a carência de capacitação para trabalhar com o público em questão foram uns dos problemas apresentados. Foi unânime entre os entrevistados a ausência de treinamento voltado para o ensino de alunos portadores de necessidades especiais, além disso, todos afirmaram que a escola não dispõe de recursos didáticos pedagógicos voltados para alunos com deficiência. Através deste estudo foi possível conhecer a qualificação profissional dos professores da instituição compreendendo seus pontos de vista acerca da temática. Como também, constatar a necessidade da participação do corpo docente da referida instituição em alguma capacitação ou formação continuada.

Palavras-chave: Professor. Aluno. Capacitação. Inclusão.

¹ José Jairo dos Santos
Graduando em Ciências Biológicas
E-mail para contato.Jairobllwer@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no Artigo 59, inciso III, ao definir que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais direciona uma diretriz para a formação dos professores: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996). A presença de professores com especialização para o público de alunos portadores de necessidades especiais e professores capacitados para atuarem nas classes comuns das escolas regulares. De acordo com o proposto pela LDB através do documento “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, de (BRASIL, 2001), propõe uma definição mais ampla dos termos inerentes a professores capacitados e professores especializados e suas respectivas competências.

Buscando compreender as práticas segregacionistas descritas como iniciais (que buscavam educar deficiente entre seus iguais, afastando-os do restante da sociedade), a deficiência era tida como própria do indivíduo e a ciência se empenhava em caracterizar e categorizar os distúrbios, a partir de um modelo médico da deficiência, amparado na categorização, na prevenção e na busca de cura. “A segregação”, diz Mendes (2006, p.387-388) “era baseada na crença de que eles [crianças e jovens com deficiência] seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais se ensinados em ambientes separados”.

Estas concepções e práticas recebem muitas críticas, porém estas fazem evoluir para uma visão integracionista: no campo científico, a ênfase se desloca dos fatores orgânicos ou individuais para os fatores sociais ou ambientais, ocorrendo um processo de transição do modelo médico para o modelo social da deficiência (MARCHESI; MARTIN, 1996,), os esforços pedagógicos se concentram em adequar a pessoa com deficiência, aproximando-a ao máximo dos padrões da escola comum. No campo prático, abrem-se na escola regular espaço para a presença das pessoas com deficiência, geralmente agrupadas em classes especiais. Mesmo quando participando da sala regular, no entanto, o que se pretende destacar, na lógica integracionista, é que a presença de tais alunos não modifica a lógica de funcionamento da escola.

A educação especial deixaria de existir como campo distinto, transformando-se em atendimento educacional especializado, o qual funcionaria como suporte ao trabalho da sala de aula e às relações gerais da escola. Ao invés de serem envidados esforços para fornecer à pessoa condições de se adaptar à escola, procurar-se-ia construir uma escola na medida das pessoas concretas que fazem parte dela. No campo da ciência, tratar-se-ia de perceber os processos de construção social da deficiência e fazer a crítica da concepção do corpo belo e produtivo como referência para o humano (DINIZ, 2007), dando uma ênfase muito maior ao modelo social, em seus aspectos antropológicos.

Mattos (1994) deixa claro o quanto às atividades pedagógicas dos professores é norteadas por circunstâncias desfavoráveis forçando-os a uma reorganização e improvisação no trabalho prescrito, tornando-lhes o trabalho real totalmente descaracterizado em relação às expectativas. Esse tipo de problema principalmente em instituições públicas de ensino são recorrentes e acabam levando a grande maioria dos professores a se sentirem desestimulados pela docência, gerando uma verdadeira insatisfação e principalmente uma sensação de que este estado decadente na educação pode se tornar permanente. Partindo deste ponto de vista é possível supor que as dificuldades enfrentadas pelos professores frente a uma demanda de alunos regulares já é considerada precária, conseqüentemente é fácil imaginar que quanto aos alunos portadores de necessidades especiais estas dificuldades tendem a ter um agravamento ainda mais acentuado.

Outro ponto a ser observado é acerca da figura do governo que aparece como um “outro” geralmente externo, que é responsável pela formação, pela aquisição de materiais para suprir a necessidade dos alunos inclusos e ainda pela conscientização, com ações e propaganda através da mídia. Pouco aparece a noção de que o professor, sendo servidor público, também representa a ação governamental. Por outro lado, também aparece pouco a noção de inclusão como um projeto de governo, como uma política pública (OLIVEIRA; ANDRADE, 2007).

A imagem do governo aparece no discurso como uma entidade que tem tarefas a cumprir na inclusão, geralmente de incentivo e apoio. Quando o aluno deficiente aparece em interação com o aluno não-deficiente, este último é descrito como disposto a ajudar, interagindo de forma agradável e cooperativa, compreensivo com relação ao problema do outro (ainda que esse problema continue sendo entendido como “do outro”). Essa relação é descrita como ainda melhor

quando o aluno é menor; fazendo supor uma crença de que, crescendo, o aluno tenda a se tornar mais preconceituoso. Quando o aluno (deficiente) aparece em interação com o professor, aparece como tendo potenciais para além da deficiência, ou para além daquilo que o rótulo de deficiente fazia supor, como diz Rodrigues (2007).

Em basicamente quase todas as interações descritas dizem respeito a brincadeiras e atividades livres, apenas num dos trechos essa interação aparece no interior de uma atividade de sala de aula. Percebe-se um reforço da idéia de socialização como indicativo de normalidade (o aluno é tanto mais normal quanto mais interage, se diverte no grupo), mas essa noção de socialização está mais vinculada a relações sociais de entretenimento do que de ensino aprendizagem. Assim, a construção de mecanismos de comunicação, o aprendizado acadêmico e o uso social da leitura e da escrita (LACERDA, 2006) podem acabar sendo colocados em segundo plano, em função de uma socialização restrita e superficial.

De maneira generalizada é possível imaginar que todas as outras expectativas têm relação com essa primeira, já que tratam geralmente de tarefas específicas do que se denominou educação especial (uma educação separada, mesmo quando junta): inclusão é tida como sinônimo de educação especial (MENDES, 2006) e é entendida como tarefa do profissional de AEE (Atendimento Educacional Especializado). A expectativa, por exemplo, é que esse profissional adapte e prepare material para esses alunos, considerando que seu material é específico (em Braille ou ampliado, para os alunos com deficiência visual), que possa mediar a relação emocional e cognitiva entre os alunos com deficiência e o professor, reduzindo os conflitos. Interessante nesse último caso é que alguns dos conflitos citados têm a ver com indisciplina e não necessariamente com deficiência; de qualquer forma, espera-se que o professor especializado seja responsável também por esses aspectos, já que se trata do aluno “dele”. Assim, o professor de AEE deve trazer informações específicas acerca da deficiência, fornecer treinamento técnico (Braille, LIBRAS, Soroban), preparar os alunos com deficiência para estar na sala comum, adaptando-se a ela e não o contrário (numa perspectiva claramente integracionista). O não dito, mas evidente, é que há uma expectativa de que tal acompanhamento não interfira na ação dada como própria do professor de sala comum: aquela que se refere aos alunos “sem deficiência”. Espera-se que assessorie “de fora”, sem se relacionar com as questões gerais da sala de aula.

Portanto, objetivou-se identificar as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão, e observar possíveis soluções para os problemas encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A integração ou a inclusão de estudantes portadores de necessidade especiais no sistema regular de ensino é uma das questões mais discutidas na área da educação hoje no nosso país. Além disso, é importante observar segundo Bleger (1984) de que o ser humano é essencialmente social e, desse modo, é interessante abordar os professores em sua grupalidade.

Conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº. 9.394/96) são crianças portadoras de necessidades educacionais aquelas que, por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, a fim de que possam atingir seu potencial máximo. Essas limitações podem decorrer de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis (BRASIL, 1996).

Amparada pela lei, a educação inclusiva deve desenvolver uma prática educativa específica para cada necessidade especial devendo ser oferecida na rede regular de ensino que por sua vez passará por modificações nos estabelecimentos de ensino e no sistema educacional.

A difusão das idéias inclusivas adotadas no Brasil como linha política e a decorrente decisão de matricular na escola regular os alunos com deficiência trouxeram à luz o fato de que concepções e práticas segregacionistas, integracionistas e inclusivistas convivem e se enfrentam no cotidiano das escolas. Pode-se atribuir tal situação ao fato de que as propostas de inclusão foram trazidas de outros países, com histórias diferenciadas de atendimento à deficiência, muitas vezes ignorando o trajeto real da educação especial no Brasil. No entanto, a par disso, é preciso considerar que o fato de ser elaborada uma proposição tida como melhor ou mais abrangente não implica necessariamente o desaparecimento das proposições que ela pretende superar: essa é a noção de idéia recessiva, a qual, ainda que subjugada, sobrevive no interior da práxis (Anjos, 2006).

Dessa forma, tais enfrentamentos se refletem na constituição histórica do processo de inclusão e, conseqüentemente, de seus sentidos, que passam por

oscilações, de acordo com Anjos (2006, p. 305-306): Como as teorias educacionais não estão descoladas dos modos de pensar a sociedade, a idéia de inclusão se expande e se contrai: em alguns discursos, representa uma mudança localizada que necessariamente se articula com as mudanças necessárias para a superação do modo de vida capitalista; em outros, uma mudança no interior da educação que mostra a possibilidade de se criar consenso dentro desse mesmo modo de vida, melhorando as relações gerais no mesmo processo em que são reduzidas as hostilidades e preconceitos entre pessoas e grupos; em outro ainda, uma pseudomudança que serve para que tudo continue como está (o movimento necessário para que nada mude).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Artigo 58, “Entende-se por Educação Especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Segundo este artigo haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial; O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular; A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 2010).

A escola inclusiva é, portanto, uma nova escola, uma escola que ainda precisa ser criada. Nesse sentido, a universidade, a partir de suas três dimensões constitutivas que são: ensino, pesquisa e extensão, tem uma grande contribuição no desenvolvimento e implementação neste processo. De acordo com Glat e Pletscler (2004) a universidade não só pode como deve, atuar na formação e capacitação de graduandos e demais agentes educacionais, bem como na produção de conhecimento por meio de pesquisas e projetos que validem e disseminem ações educativas bem sucedidas que atenda a esta nova proposta.

Segundo Sánchez (2005) o processo da inclusão defende uma educação eficaz para todos e bem sustentada, apresentando as escolas, enquanto comunidades educativas que devem satisfazer as necessidades de todos os alunos sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais. Para isso, tem que haver uma concepção voltada para a independência de ter ou não

deficiência, ainda de acordo com Winnicott (1975), o ambiente suficientemente bom seria aquele no qual o indivíduo não se sente invadido, tendo a sua sensação de continuidade de ser preservada.

Segundo Silva (2002) a Lei nº. 4.024/61 em seu artigo 1º. expressa os fins da educação nacional, e reflete os ideais de liberdade, solidariedade e valorização do homem, sendo esses ideais orientadores de toda a educação no país. O objetivo geral do ensino é revelado na Lei nº 5.692/71, no seu artigo 1º. Que segundo a autora consiste em proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades e como elemento de autorrealização, na qualificação para o trabalho e preparo para o exercício de uma cidadania consciente. Além disso, podemos pensar que, ao trazerem o quanto a inclusão escolar pode ser vivida de maneira sofrida pelos alunos portadores de necessidades especiais, os professores também estariam demonstrando o quanto se trata de um processo igualmente difícil para eles, como de fato já foi observado por outros autores, dentre os quais Sant'ana (2005), Silveira e Neves (2006) e Emílio (2004).

Partindo destas perspectivas de acordo com Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2014), deve ser destacado o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade o qual é um programa que promove a formação continuada de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de oferecer educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O objetivo do programa é que as redes atendam com qualidade e incluam nas classes comuns do ensino regular os alunos portadores de necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação. A proposta inicial do programa é realizar Seminário Nacional de Formação dos coordenadores municipais e dirigentes estaduais; Prestar apoio técnico e financeiro e orientar a organização da formação de gestores e educadores dos municípios polos e de abrangência; Disponibilizar referenciais pedagógicos para a formação regional. Para ter acesso ao programa as Secretarias de Educação dos municípios polos apresentam demanda por meio do PAR (Plano de Ações Articuladas) e plano de trabalho por meio do SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle) Os municípios de abrangência participam do processo de formação promovido pelo município polo.

Os alunos portadores de necessidades especiais têm o direito e podem beneficiar-se da oportunidade de frequentar desde cedo uma escola comum, desde que a instituição esteja devidamente adequada e preparada para recebê-los. O

professor deverá estar informado para respeitar o ritmo de desenvolvimento do aluno com deficiência, deve respeitar o ritmo de todos os seus alunos. O papel do professor é muito importante, pois caberá a ele promover as ações para incluir o aluno deficiente no grupo.

A possibilidade de formulação de um instrumento que viabilizasse a análise e a interpretação para compreender o ponto de vista dos professores foi realizada por Anjos (2006). Desta maneira, o pedagógico é visto como um gênero de discurso, entendendo-se gênero como um dos “tipos relativamente estáveis de enunciados” elaborados nos campos de utilização da língua Bakhtin (2004, p. 261). Entende-se o discurso como construção histórica Vygotsky (1989), onde é possível haver o enfrentamento de interesses, apresentando-se como um fazer, uma prática discursiva de acordo com Pêcheux (2006) e Foucault (2006). Segundo Orlandi (2005), a principal importância neste interesse foi buscar compreender como os modos de funcionamento do discurso, já para Verón (2004) e Anjos (2006) deve ser articulando as temáticas que emergem nas conversações com os modos discursivos de operar.

Referente à abordagem qualitativa de pesquisa é aspecto recorrente nas pesquisas, pois, pelo tipo de análise realizada é possível observar que há preocupação com a qualidade dos fenômenos pesquisados, ou com o que podem significar no contexto abordado. É recorrente analisar os resultados obtidos pondo em destaque uma abordagem explícita como fundamento metodológico, além disso, o fato de abordagens qualitativas serem predominantes na investigação educacional confirma resultado já apontado por ANDRE (2006), a qual destaca ainda a presença dessa tendência desde os anos de 1980-1990, em contraposição aos estudos quantitativos até então preponderantes. De acordo com (CHIZZOTTI, 2006) diferentemente da pesquisa experimental, que segue um padrão fixo de pesquisa e tem passos específicos para a comprovação do conhecimento, a pesquisa qualitativa parte da compreensão de que a realidade é contraditória e fluente, e do entendimento de que depende também das concepções do pesquisador.

Em um contexto mais amplo espera-se obediência e disciplina como características positivas do aluno com deficiência, em contraposição á rebeldia descrita no aluno tido como normal; acompanhamento dos conteúdos como demonstração de normalidade. O domínio dos conteúdos e competências escolares acaba emergindo como condição para a superação do preconceito. Percebe-se,

portanto, que o foco continua no aluno e em suas competências e incompetências, e não no coletivo (SILVA, 2006), assim como continua vigente um desejo de padronização (RODRIGUES, 2007).

Em se tratando de pesquisas envolvendo casos de ensino, geralmente são definidos como formas de narrativas e discursivas. Porém, na análise dos trabalhos embora as dificuldades tenham sido muito citadas, a utilização dos meios tradicionais de educação ainda são amplamente utilizados, fato este que configura certo retrocesso por parte de alguns professores que adotam estas praticas pedagógicas consideradas atualmente como ultrapassadas, como forma de tentar amenizar a distancia nas distorções pedagógicas que dificultam o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais, desta forma, o incentivo a praticas pedagógicas inovadores configura um forte indicativo de que os professores da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO podem ter muitas dificuldades no processo de inclusão, porem as possibilidades metodológicas que viabilizam a inclusão escolar são necessárias em uma esfera universal.

Em uma pesquisa qualitativa, deve ser observada a predominância nas de respostas dos questionários que representam consideráveis iniciativas pessoais que viabilizam uma ampla liberdade metodológica. Além disso, André e Eliza (2006) também salientam essa possibilidade, afirmando que técnicas diferenciadas de coleta de dados podem compor esse tipo de abordagem. Sobre os instrumentos de coleta de dados, é importante que se destaque ainda que os trabalhos realizados não só podem como devem, indicar uma maior interlocução entre as partes relacionadas na entrevista sempre abordando questões metodológicas da pesquisa e, ainda, tendo os devidos cuidados com relação a análise dos dados obtidos, pois em um trabalho científico para haver embasamento teórico e científico devem ser apresentados dados consistentes e norteadores da realidade dos docentes pesquisados que promovam sempre uma relação articulada com um objetivo comum. No que se refere a pesquisas qualitativas, Triviños (1987) afirma que o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apoie o pesquisador, embora haja uma tendência geral de alguns pesquisadores, como defende o mesmo autor, a uma indefinição explícita do ponto de vista teórico assumido na pesquisa.

Outro ponto importante se refere à etapa da análise dos dados. Pois, tentar explicitar com segurança a orientação teórica presente na pesquisa configura um procedimento dualista, pois, em alguns casos os próprios autores não o fazem, talvez só uma análise externa mais sim aprofundada da pesquisa, buscando assim expor de maneira mais precisa o ponto de vista teórico.

Segundo Chizzotti (2006), a pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo. Desta forma, podemos supor que analisando dados e promovendo uma inter-relação entre estes e fazendo uma projeção futurista poderíamos supor que os resultados obtidos configuram um importante paradigma para pensarmos no processo de ensino aprendizagem simplificado promovendo a capacitação dos professores que iram encontrar na sala de aula alunos em diversas condições, inclusive portadores de necessidades especiais.

A pesquisa científica apresenta o método que é a garantia de que o papel social da ciência prevalecerá sobre os interesses ou visões de mundo dos pesquisadores. Um método coerente e claro é condição fundamental para que se possa atribuir valor científico a qualquer estudo ou observação da realidade. Compete aos procedimentos metodológicos criar conceitos úteis e específicos que nos oriente e nos auxilie em nossa aproximação aos fenômenos pelos quais temos interesse, sendo estes principalmente atrelados ao processo de ensino aprendizagem, buscando neste caso em especial entender qual é a concepção dos professores da instituição no que se refere a todo o processo de inclusão, e ainda, se eles se sentem preparados para receber alunos portadores de necessidades especiais.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho segue os caminhos de uma pesquisa de cunho qualitativo e de uma revisão bibliográfica, além de uma pesquisa de campo sobre o tema, cujo foco principal é obter dados para permitir analisar e descrever a Preparação dos docentes da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB, para receber estudantes portadores de necessidades especiais, objetivando a compreensão da importância do processo de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais.

A presente pesquisa foi desenvolvida na referida Instituição de Ensino, tendo como público alvo os professores, o critério para a participação na pesquisa foi ser professor da escola em questão, foi realizado com os professores uma entrevista composta por sete questões discursivas acerca do tema, conforme apresentado no (APÊNDICE A). A pesquisa foi distribuída em dois momentos: no primeiro momento os professores foram informados da importância da referida pesquisa e da participação, além do comprometimento ético e profissional ao responder o questionário; um segundo momento os professores ficaram a vontade, sem haver nenhum tipo de interferência, para responder os questionários, após a coleta dos dados finalmente, foi realizada uma análise dos dados obtidos para responder a problemática de estudo, objetivando depois sugerir uma proposta de ação que contribua com a questão em estudo para os professores, para a escola e para a Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Na visão de Lima (2004), diferentes tipos de pesquisas abrigam um conjunto de técnicas de coletas de materiais que funcionam como instrumentos confiáveis possibilitando ao pesquisador sistematizar o processo da localização, coleta, registro e tratamento dos dados e informações, julgadas como necessárias à fundamentação das descrições, discussões, análise e reflexões à medida que permitem ao pesquisador dispor de referencial indispensável para a fundamentação do problema investigado.

3.1 Dados e análise da pesquisa

A partir de uma entrevista que foi desenvolvida junto aos professores que compõe o corpo docente da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB entre os dias 11 e 21 de novembro de 2013, foi possível chegar às conclusões, as quais tem como base a temática: Preparação dos docentes da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB, para receber estudantes portadores de necessidades especiais.

Para fazer a análise dos dados obtidos na pesquisa, foi realizada a verificação em cada questão de acordo com as respostas mais citadas e correlacionado-as com a quantidade em porcentagem e ilustradas através de gráficos.

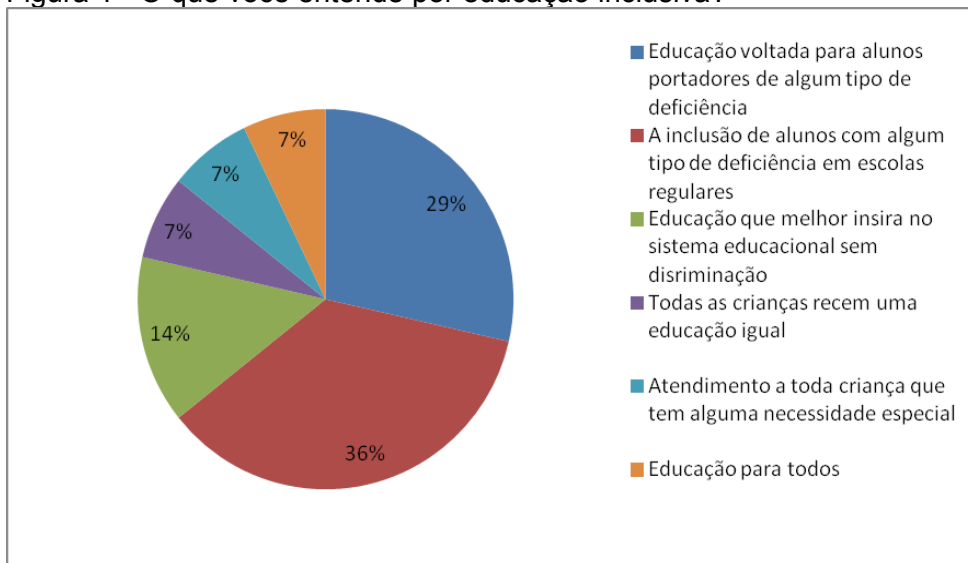
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com análise dos dados obtidos mediante a entrevista realizada com os professores da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB encontram-se expressos a seguir as respostas, como também, os gráficos ilustrando em porcentagens as respostas apresentadas.

Desta forma, foi observado quando perguntados o que entendem por educação inclusiva, os professores demonstraram ter consciência do que se trata, ou seja, 36% dos entrevistados demonstraram entender que a educação inclusiva é a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência em escolas regulares; outros professores responderam que a educação inclusiva é uma modalidade de educação voltada para alunos portadores de algum tipo de deficiência, sendo estes 29% dos entrevistados; já 14% dos entrevistados responderam que a educação inclusiva consiste em uma educação que melhor possa inserir no sistema educacional comum, alunos portadores de necessidades especiais, sem que haja nenhum tipo de discriminação; houve também professores, no caso 7%, que demonstraram entender que a educação inclusiva compreende todas as crianças que recebem uma

educação igual; outros 7% dos entrevistados disseram que a educação inclusiva representa o atendimento a toda criança que tem alguma necessidade especial; como também, 7% responderam que seria uma educação linear, ou seja, para todos (Figura 1: Percentual de professores sobre o entendimento do tema educação inclusiva - E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB. Novembro de 2013).

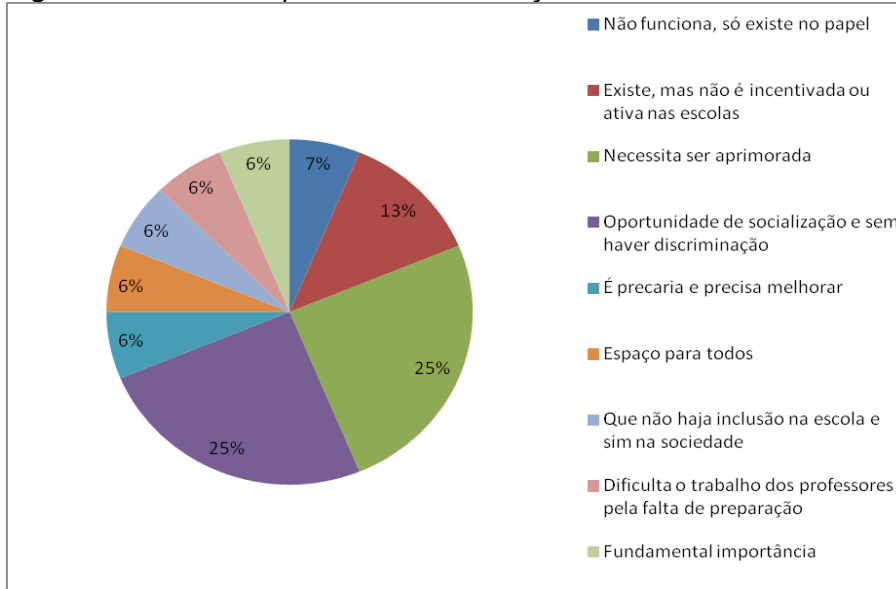
Figura 1 - O que você entende por educação inclusiva?



Fonte: José Jairo dos Santos.

Quanto à opinião dos docentes sobre educação inclusiva, 25% dos entrevistados citaram que a educação inclusiva representa uma oportunidade de socialização dos deficientes e um meio pelo qual não haja discriminação quanto às diferenças físicas; outros 25% dos professores entenderam que a educação inclusiva ainda precisa ser aprimorada para poder ter bons resultados; já 13% dos entrevistados responderam que este tipo de educação existe, mas não é incentivada ou ativa nas escolas regulares; 7% responderam que a educação inclusiva não funciona, ou seja, só existe no papel; outros 6% responderam que esta modalidade de ensino necessita ser aprimorada; 6% apresentaram que se trata de uma prática em educação precária que precisa melhorar; outros 6% responderam ainda que é uma prática de ensino que necessita de mais espaço para todos; 6% que este tipo de educação inclusiva não existe apenas nas escolas, como também, se faz presente nas diversas esferas da sociedade; e outros 6% responderam que a educação inclusiva é de fundamental importância para a educação de uma maneira geral (Figura 2: Percentual de professores sobre a opinião acerca da educação inclusiva - E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB. Novembro de 2013).

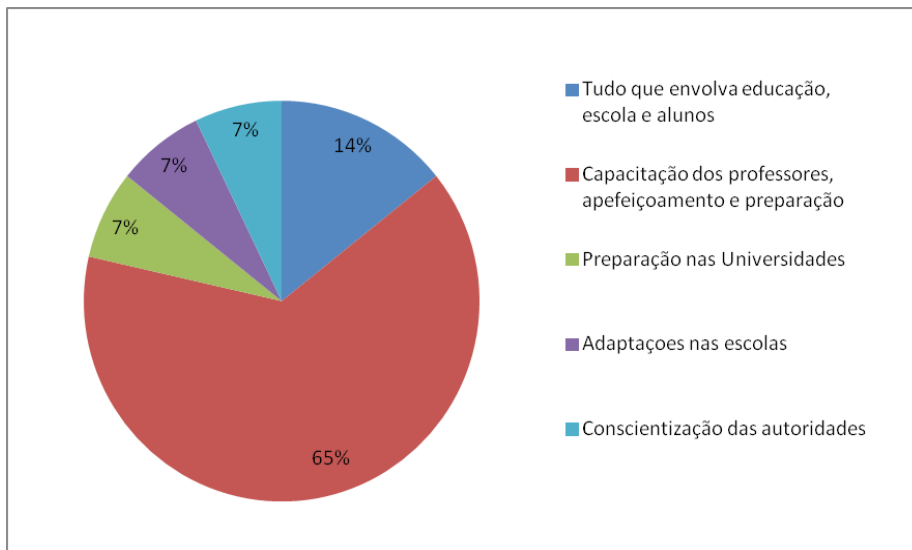
Figura 2 - Qual sua opinião sobre educação inclusiva?



Fonte: José Jairo dos Santos.

Quando questionados sobre suas opiniões sobre o que é preciso aprender ou ser aperfeiçoado para melhorar o nível de educação dos alunos portadores de necessidades especiais, a grande maioria, ou seja, 65% dos professores entrevistados responderam que existe necessidade urgente de haver capacitação, aperfeiçoamento e preparação dos professores para atenderem ao público compreendido por alunos portadores de necessidades especiais; dentre os professores, 14% responderam também que tudo no processo de ensino/aprendizagem que envolve educação, escola e alunos devem ser aperfeiçoados; 7% disseram que existe a necessidade de haver uma preparação acadêmica, ou seja, na universidade para atender melhor o público em questão; 7% responderam que as melhoras devem ficar a cargo das adaptações nas escolas; e outros 7% afirmaram que necessita haver uma maior conscientização por parte das autoridades no tocante a todo o processo que venha a envolver a educação inclusiva (Figura 3: Percentual de professores sobre o que eles acham que é preciso aprender ou aperfeiçoar para melhorar o nível de educação dos alunos com deficiência - E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB. Novembro de 2013).

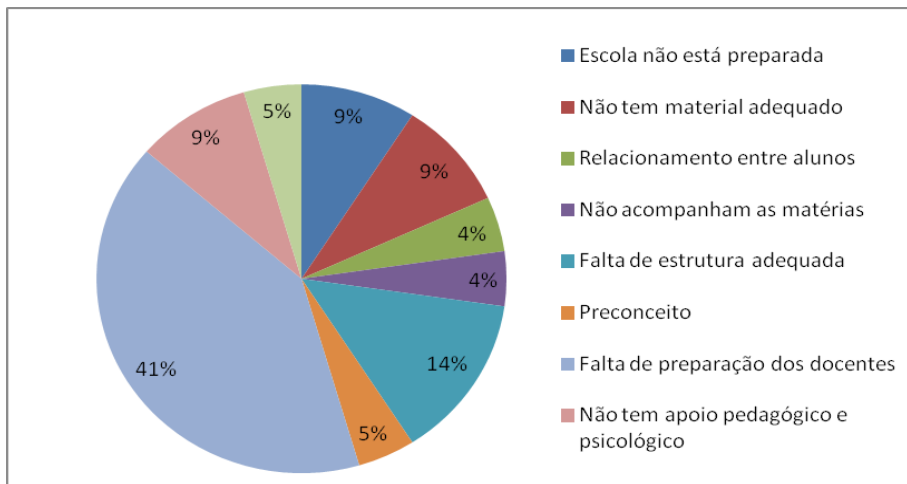
Figura 3 - O que você acha que é preciso aprender ou aperfeiçoar para melhorar o nível de educação dos alunos com deficiência?



Fonte: José Jairo dos Santos

Quando questionados acerca das dificuldades envolvidas no processo de inclusão escolar: a maioria os 41% dos professores entrevistados responderam que falta a preparação, ou seja, a capacitação dos docentes; já 14% dos entrevistados responderam que falta estrutura adequada para atender o público compreendido por alunos portadores de necessidades especiais; e 9% responderam que a escola atualmente não está preparada para receber o público discente em questão; outros 9% disseram não ter material adequado para trabalhar com estes alunos especiais; ainda houveram professores, no caso 9%, que afirmaram a ausência de apoio pedagógico, como também, de apoio psicológico para atender estes alunos portadores de necessidades especiais; 5% disseram ainda que todas as dificuldades possíveis existem neste processo de ensino/aprendizagem; 5% afirmaram que o preconceito representa outra dificuldade; já 4% responderam que o relacionamento entre os alunos pode ser outra dificuldade; e outros 4% afirmaram que os alunos portadores de necessidades especiais não acompanham as matérias regulares (Figura 4: Percentual de professores sobre Quais as dificuldades envolvidas no processo de inclusão escolar - E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB. Novembro de 2013).

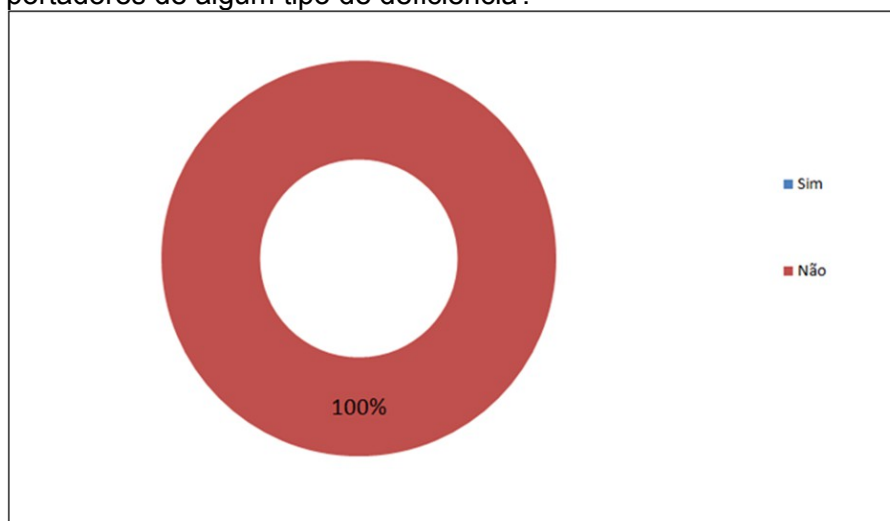
Figura 4 - Quais as dificuldades envolvidas no processo de inclusão escolar?



Fonte: José Jairo dos Santos.

No que diz respeito ao preparo técnico para ministrar aulas a crianças portadoras de algum tipo de deficiência: dentre os entrevistados todos, ou seja, 100% dos professores entrevistados responderam que não se sentem preparados para atender a esta demanda de alunos portadores de necessidades especiais (Figura 5: Percentual de professores sobre preparo técnico para ministrar aulas a crianças portadoras de algum tipo de deficiência - E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB. Novembro de 2013).

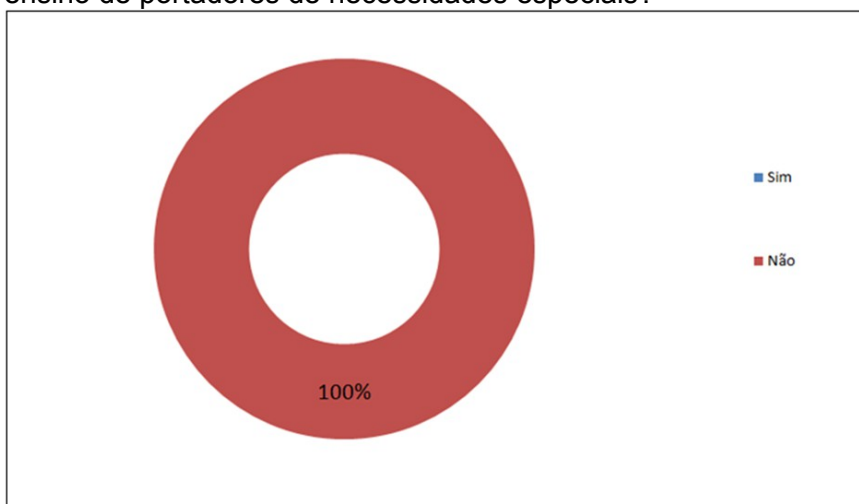
Figura 5: Você se sente preparado tecnicamente para ministrar aulas para alunos portadores de algum tipo de deficiência?



Fonte: José Jairo dos Santos

Quando questionados se receberam algum tipo de capacitação ou treinamento voltado para o ensino de alunos deficientes: 100% dos professores foram categóricos e responderam que não, nunca receberam nenhum tipo de capacitação nem treinamento para ministrarem aulas a alunos portadores de necessidade especiais (Figura 6: Percentual de professores sobre terem recebido algum tipo de curso de capacitação ou treinamento voltado para o ensino de portadores de necessidades especiais - E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB. Novembro de 2013).

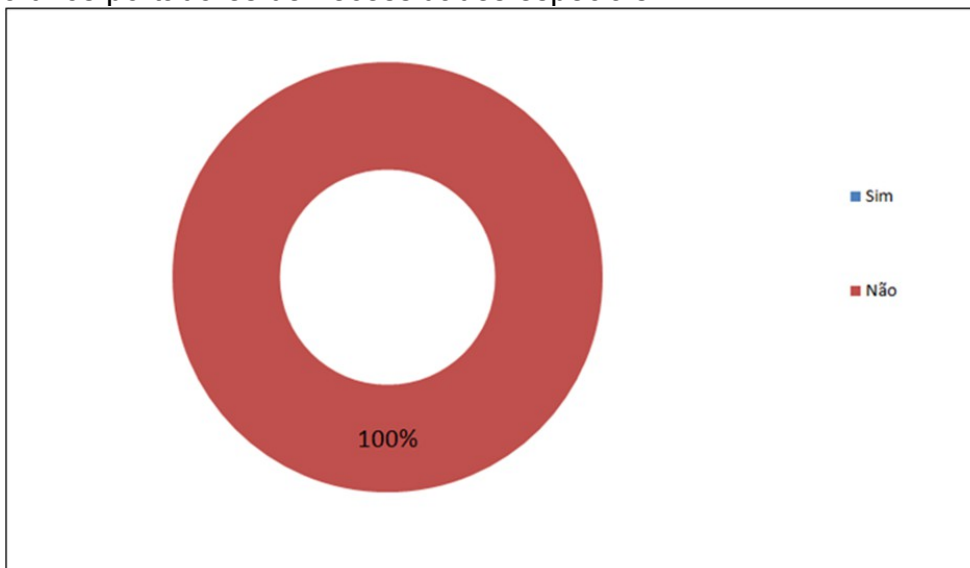
Figura 6: Você recebeu algum tipo de curso de capacitação ou treinamento voltado para o ensino de portadores de necessidades especiais?



Fonte: José Jairo dos Santos

Do mesmo modo os professores entrevistados se comportaram quando perguntados a respeito da disponibilidade de recursos didático pedagógico para atender tal público, os mesmo forma novamente unânimes e 100% afirmaram que não, a escola não disponibiliza nenhum tipo de material didático nem pedagógico para dinamizar aulas voltadas para um publico de alunos especiais, ou em processo de adaptação (Figura 6: Percentual de professores sobre a disposição, por parte da escola, de recursos didáticos pedagógicos para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais - E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB. Novembro de 2013).

Figura 7: A escola dispõe de recursos didáticos pedagógicos para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais?



Fonte: José Jairo dos Santos

Após a coleta dos dados obtidos na pesquisa é possível observar de acordo com as respostas dos professores entrevistados da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO, que eles não se sentem preparados para ministrar aulas a alunos portadores de necessidades especiais; como também, a maior parte dos professores entende que a educação inclusiva é voltada para portadores de algum tipo de deficiência, ou necessidade especial, havendo a inclusão desses em escolas regulares; as opiniões da maioria dos professores demonstram que a educação inclusiva precisa ser aprimorada de forma a oferecer oportunidades de socialização sem haver discriminação; das dificuldades citadas pela maioria dos professores está a falta de estrutura adequada, e também, a carência de preparação, ou seja, capacitação para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais; é unânime entre os professores não terem recebido nenhum tipo de capacitação ou treinamento voltado para o ensino de alunos com portadores de necessidades especiais; houve também, unicidade consensual entre os professores em afirmarem

que escola não disponibiliza recursos didáticos e pedagógicos voltados para este público, portador de algum tipo de deficiência; ficou evidente também, a demonstração coletiva dos professores em afirmarem a carência de aprender mais sobre a educação inclusiva, e o interesse em participar de cursos voltados para a capacitação, aperfeiçoamento ao público compreendido por alunos portadores de necessidades especiais.

Conforme descreve Oliveira (2007, p. 216), enfatizando o crescimento pessoal e social envolvido na tarefa da inclusão: “A convivência direta, seja familiar ou profissional, com as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais aguça a sensibilidade, a percepção, a compreensão e o interesse por sua situação de excluído social”. Ou seja, o professor não é o único personagem no processo de inclusão, pois a sociedade, de uma maneira geral, acaba sendo participante ativa ou passiva deste processo, o que vislumbra a necessidade da participação e compreensão coletiva para o aprimoramento e a universalização da inclusão escolar.

A partir deste trabalho é possível se ter uma idéia da compreensão dos professores da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO, que participaram desta entrevista, frente a preparação para atender um público cada vez mais variado, que em alguns casos pode ter alunos portadores de algum tipo de necessidade especial, e que requer um tratamento diferenciado. Conforme Anjos (2006), o professor pode se descrever como um militante da inclusão, o professor de sala comum não toma para si essa tarefa, mas dispõe-se a aprender no fazer pedagógico. A compreensão de que só é possível ensinar à pessoa com deficiência de forma individual e a naturalização das condições de trabalho podem ser fatores limitadores de tal aprendizado. Já a crise evidenciada pode levar a elaborações que criem trajetórias de sucesso em sala de aula, projetando a inclusão para além desse espaço. Os professores entrevistados afirmaram que a necessidade de um programa de inclusão eficaz e contínuo, é cada vez mais necessário. O que aparece pouco a noção de inclusão como um projeto de governo, como uma política pública (OLIVEIRA; ANDRADE, 2007). Que por sua vez deva atender as demandas de estrutura, material e pessoal, um dos pontos mais questionados pelos entrevistados, foi categoricamente, que a escola não disponibiliza recursos didáticos e pedagógicos voltados para este público, portador de algum tipo de deficiência ou necessidade especial.

De acordo com o que foi proposto por Mantoan (2006. p.4) que destaca que “as ações educativas inclusivas, nessa perspectiva ética, têm como eixo: o convívio com

as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla a sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula”. Foi justamente o que os professores da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB, demonstraram entender acerca do processo de educação inclusiva pois a maioria afirmou compreende-la como a recepção, ou inclusão de alunos portadores de algum tipo de deficiência em escolas regulares, como também, a educação voltada para alunos portadores de algum tipo de deficiência.

Sobre que tipo de concepção os professores tem em relação à educação inclusiva foi afirmado pela maioria que seria a oportunidade de socialização sem haver discriminação, como também, necessita ser aprimorada. De acordo com Mantoan (1997. p.121). As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Com a relação ao que precisa ser melhorado ou aperfeiçoado para aprimorar o nível nesse tipo de processo educativo a maioria citou que a capacitação, aperfeiçoamento e a preparação dos professores devem ser fundamentais, como também, acerca das dificuldades foi proposto pela maioria dos professores que a grande dificuldade seria a falta de preparação. Conforme a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a qual propõe que o fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas, é o recrutamento e treinamento de educadores: o menor desafio reside na provisão de treinamento em serviço a todos os professores, levando-se em consideração as variadas e freqüentemente difíceis condições sob as quais eles trabalham. Treinamento em serviço deveria sempre que possível, ser desenvolvido ao nível da escola e por meio de interação com treinadores e apoiado por técnicas de educação a distancia e outras técnicas autodidáticas.

Quando questionados sobre sentisse tecnicamente preparados e se recebeu algum tipo de curso de capacitação ou treinamento voltado para este tipo de ensino todos responderam que não. Conforme Feltrin (2007, p. 23). Sempre ouve, no entanto, sérias dificuldades impostas aos docentes. De um lado, a dificuldades de formação acadêmica e as poucas chances que o profissional da educação encontra

em sua real necessidade de se atualizar. Do outro lado, a incompetência dos poderes públicos aliada à grande extensão territorial, com uma diversidade muito grande de culturas e condições socioeconômicas, o descaso e a pouca valorização do trabalho do professor e de toda a educação. As condições do ambiente escolar foi o último ponto a ser abordado, no entanto, confirmou o que foi proposto por Sasaki (1999), que a inclusão social deve contribuir para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaço interno e externo, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, bem como da própria pessoa com necessidades educacionais especiais. Sendo assim, todos os professores afirmaram que a escola em questão não dispõe de recursos didáticos pedagógicos para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais.

5 - CONCLUSÃO

Ao término da pesquisa foi possível concluir que segundo as respostas apresentadas pelos docentes da E.E.E.F.M. JOÃO DA SILVA MONTEIRO em Gado Bravo – PB, os mesmos não se sentem preparados para ministrar aulas a alunos com deficiência. Pois a maior parte dos professores entende que a educação inclusiva é voltada para portadores de algum tipo de deficiência com a inclusão desses em escolas regulares. As opiniões da maioria dos professores é que a educação inclusiva precisa ser aprimorada de forma a dar oportunidades de socialização sem haver discriminação. Das dificuldades citadas pela maior parte dos professores está à falta de estrutura adequada e de não se sentirem devidamente preparados de nenhuma forma para trabalhar com alunos portadores de alguma deficiência. É unânime entre os professores não terem recebido nenhum tipo de capacitação ou treinamento voltado para o ensino de alunos portadores de necessidades especiais. Todos os professores disseram não disponibilizar na escola de recursos didáticos pedagógicos voltados para alunos com deficiência. A maior parte dos professores precisa aprender mais em cursos de capacitação, aperfeiçoamento, preparação ou de formação continuada. Sendo assim, é possível ter uma ideia, ou pelo menos uma noção da realidade dos professores quando o assunto é inclusão, e também fazer uma projeção ampla e supor que esta realidade

vivenciada por este corpo docente pode está presentes em grande parte das escolas do nosso país.

The teachers of preparation. E.E.E.F.M JOÃO DA SILVA MONTEIRO in Gado Bravo - PB, to receive students bearers of special needs.

ABSTRACT

The integration or inclusion of students with a disability in the regular school system is one of the most discussed issues in education today in our country, requiring improvement. The present work was aimed at understanding the preparation of teachers of E.E.E.F.M JOÃO DA SILVA MONTEIRO in Gado Bravo - PB to receive students with special needs, speculating about postgraduate training courses or continuing education. The typology used in this study was a qualitative research medium for data collection was by conducting a literature search and interviews with teachers through open and closed questions. According to the interview it was found that most teachers understand that inclusive education is geared for people with a disability with their inclusion in regular schools, and that inclusive education needs to be improved in order to give opportunities socializing with no discrimination. The lack of adequate infrastructure and the lack of training to work with the public were concerned about the problems presented. It was unanimous among the respondents the lack of training focused on teaching special needs students, moreover, all stated that the school lacks teaching resources geared towards students with disabilities. Through this study it was possible to know the professional qualifications of lecturers including their views on the theme. As also noted the need for participation of the faculty of that institution in any training or continuing education.

Keywords: Teacher. Student. Training. Inclusion.

REFERÊNCIAS

ANJOS, H. P. dos. **O espelho em cacos**: análise dos discursos imbricados na questão da inclusão. 2006. 329f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. A jovem pesquisa educacional brasileira. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.6, n. 19, p. 11-24, 2006.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 261.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, p. 24, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5ª ed. Brasília, 2010.p. 43-44.

BLEGER, J. **Psicologia da conduta**. Porto Alegre:Artes Médicas. (Original publicado em 1963). 1984.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis:Vozes, 2006. p 223-225.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 12-13.

EMÍLIO, S. A. **O cotidiano escolar pelo avesso**: sobre laços, amarras e nós no processo de inclusão. 2004. 265f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FELTRIN, A. E. **Inclusão social na escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 13. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo:Loyola, 2006, p. 26-27.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O Papel da Universidade Frente às Políticas Públicas para Educação Inclusiva. **Revista Benjamim Constant**. v. 10, n. 29, p. 3-8, 2004.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, v.26, n. 69, p. 163-184, maio/ago.2006.

LIMA, M. S. L. **A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente**. 4. ed. Fortaleza/BRA:Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 61.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo:Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo:Summus, 2006.

MARCHESI, Á.; MARTIN, E. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, César S.; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento Psicológico e educação: necessidades educativas especiais e educação**. Tradução Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p 7-23.

MATTOS, M. G. **Vida no trabalho e sofrimento mental do professor de Educação Física da escola municipal: implicações de seu desempenho e na sua vida pessoal**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, USP.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez.2006.

MEC. Ministério da Educação. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17434&Itemid=817>. Acesso em: 12 mar. 2014.

OLIVEIRA, M. G. Europa – **Unidade e diversidade, educação e cidadania**. Colóquio: Educação e Sociedade: 1992, p. 41-60.

OLIVEIRA, M. V. M. de; ANDRADE, Francisca R. Bezerra. 2007. **Políticas públicas para a educação especial: uma análise teórico-documental (1994-2002)**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO NORTE E NORDESTE, 18, Maceió, UFAL, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5 ed. Campinas:Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4 ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

RODRIGUES, G. F. A inclusão e suas relações no cotidiano escolar. **Revista da FAEBA: Educação e contemporaneidade**, v.16, n. 27, p. 97-104, jan./jun.2007.

SÁNCHEZ, P. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista da Educação Especial. 2005.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva: Concepções de professores e diretores.** Psicologia em Estudo: 2005. p. 227-234.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro. WVA, 1999.

SILVA, S. L. Informação e competitividade: a contextualização da gestão do conhecimento nos processos organizacionais. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 142-151, maio/agosto 2002.

SILVA, L. M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, et./dez. 2006, p. 424-434.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. B. da J. **Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: Concepções de pais e professores.** Psicologia:Teoria e Pesquisa, 2006, p. 79-86.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987 p. 175.

UNESCO. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção: Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca: 1994.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido.** Trad. Vanise Dresch.São Leopoldo:Unisinos, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectología. Obras completas**, tomo V. Ciudad de la Habana: Editorial Pueblo y Educación,1989.

WINNICOTT, D. W. **O bebê como pessoa.** In D. W. Winnicott, A criança e o seu mundo. Rio de Janeiro:Zahar, 1975.

APÊNDICE A- Questionário semi-estruturado.

- 1- O que você entende por educação inclusiva?
- 2- Qual sua opinião sobre educação inclusiva?
- 3- O que você acha que é preciso aprender ou aperfeiçoar para melhorar o nível de educação dos alunos com deficiência?
- 4- Quais as dificuldades envolvidas no processo de inclusão escolar?
- 5- Você se sente preparado tecnicamente para ministrar aulas para alunos portadores de algum tipo de deficiência?
- 6- Você recebeu algum tipo de curso de capacitação ou treinamento voltado para o ensino de portadores de necessidades especiais?
 Sim
 Não
- 7- A escola dispõe de recursos didáticos pedagógicos para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais?
 Sim
 Não